

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 178.ª Sessão Ordinária
Realizada em 7 de Outubro de 1971 — (5.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Domicio Scaramella.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Netto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Durnont, Leopoldo Jacomei, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (45); achando-se ausentes, os Srs. Deputados: Quielise Crisóstomo e Arizone Araújo (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia por (10) dez sessões do Projeto de Lei de n.º 50-71.

Sala das Sessões, em 7 de outubro de 1971.

(a) — Rosário Pitelli

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, regimentalmente, votação nominal ao requerimento do Deputado Alvaro Dias, solicitando a concessão de abono natalino aos funcionários públicos estaduais.

Sala das Sessões, em 7 de outubro de 1971.

(a) — Maurício Fruet

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, requer seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de

regozijo pelo transcurso do 1.º aniversário do Tribunal de Alçada ocorrido no dia 28 do mês findo.

Composto de Juizes do mais alto gabarito, o Tribunal de Alçada veio com sua contribuição, dar nova dinâmica ao Poder Judiciário em nosso Estado.

Dirigido pelo ilustre Desembargador Zeferino Mozzato Krukoski, o Tribunal de Alçada, neste seu primeiro ano de vida, prestou uma relevante fôlha de serviços à coletividade, analisadas pormenorizadamente pelas vibrantes palavras dos dignos magistrados Dr. Aurélio Feijó e Luiz José Perroti que falaram durante a sessão solene comemorativa ao magno acontecimento.

Requeiro, outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, dê-se ciência da decisão da Casa àquela Corte.

Sala das Sessões, em 3 de outubro de 1971.

(a) — Igo Losso

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, Requer a suspensão da Sessão de amanhã, dia 8 de outubro, para que os Senhores Deputados possam recepcionar o Deputado Batista Ramos, Presidente Nacional da ARENA, que desembarcará às 10 horas no Aeroporto Afonso Pena.

Sala das Sessões, em 7 de outubro de 1971.

(a) — Wilson Fortes

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado infra assinado, regimentalmente, requer à Mesa justificativa da falta à sessão legislativa do dia 6 do mês corrente, por se encontrar tratando de assuntos de interesse da comunidade, no Município de Rio Negro, naquela data.

Sala das Sessões, em 7 de outubro de 1971.

(a) — Maurício Fruet

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N. 231-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art 1.º — Fica transferida para Rolândia a sede da 19.ª Inspeção Regional de Ensino.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 1971.

(a) — Xenofonte Villanueva

JUSTIFICATIVA:

O Decreto n.º 9.821, de 23 de outubro de 1962, que localiza as Inspetorias Regionais de Ensino, criadas pela Lei n.º 4.460, de 06 de novembro de 1961, sob proposta da Secretaria de Educação e Cultura, diz em seu art. 1.º: "As Inspetorias Regionais de Ensino com sede em cidades que, por sua localização geográfica, recursos técnicos e acessibilidade, tornam mais fáceis as comunicações e os trabalhos de coordenação".

A 19.ª Inspeção Regional de Ensino, sediada em Cambé, tem sua jurisdição sobre os municípios de Rolândia, Arapongas e o da sede. A verificação da situação geográfica dos referidos municípios mostra estar a mesma localizada fora do centro de sua jurisdição. Esta distorção dos princípios que regem o Decreto n.º 9.821, determina evidentes dificuldades para o atendimento dos problemas escolares, o que explica um natural e justo desejo, uma legítima aspiração do magistério dali, subordinado à referida Inspeção, de sua localização e situação equidistante das cidades subordinadas à mesma,

Estando Rolândia a 10 km de Cambé e 12 km de Arapongas, apresenta condições geográficas ideais, afora indispensáveis recursos técnicos e humanos, aos quais acrescentamos a oferta formalizada por sua Prefeitura Municipal, de um imóvel de alvenaria com 200 metros quadrados, destinados a tal fim e para uso imediato.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.
Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em meados de agosto tivemos a satisfação de endereçar um requerimento aprovado por esta Casa, dirigido ao sr. Governador do Estado. Requerimento este no qual solicitava que aquela autoridade, encaminhasse a esta Casa, com a possível brevidade, Mensagem na qual deveria conter o retorno do pagamento da gratificação de produtividade dos portuários de Paranaguá e Antonina. Dissemos, neste requerimento, uma série de justificativas, todas elas, colimadas de acordo com os preceitos de justiça e do direito e com o objetivo principal de sensibilizar ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário dos Transportes, a fim de que esta Mensagem nos fosse encaminhada. Ontem, esta Casa recebeu a Mensagem por nós solicitada em meados de agosto.

O sr. Presidente desta Casa, já vai encaminhá-la ao Secretário e dele irá ao Depto. Administrativo, a fim de que possamos votá-la na próxima semana, com a simpatia que vai receber por certo, do Líder desta Casa, Deputado João Mansur, que vem acompanhando par e passo, os interesses dos portuários de Paranaguá e Antonina, fazendo justiça à vinda a esta Casa, deste ilustre homem público, deputado João Mansur, que tem sentido os problemas reclamados pelos portuários de Paranaguá e Antonina.

A Mensagem que o sr. Governador nos encaminha, visa dar uma nova estrutura aos portuários, retornando a eles, esta gratificação de produtividade, que outrora recebiam e por questões que até hoje desconhecemos, foi-lhes cortada.

O nosso objetivo, desta Tribuna, é somente agradecer a pronta e imediata atuação do sr. Chefe do Executivo no atendimento do requerimento por nós elaborado e aprovado por esta Casa, e que teve como desiderato, o encaminhamento desta Mensagem. Ela, nos próximos dias, será dada ao conhecimento dos Srs. Deputados, através da Mesa Executiva. Eu, a priori, estou na Tribuna desta Casa, apenas, querendo agradecer e congratular-me com o trabalho do nobre Deputado João Mansur, porque tenho certeza que a atuação dele foi firme, foi autêntica, no sentido de que esta Mensagem fosse nos encaminhada com a máxima brevidade. E ao sr. Governador do Estado, por ter compreendido o nosso problema, que é o problema dos portuários, que preconizando fazer justiça ao trabalho que desempenha Paranaguá e Antonina, nada mais poderia ser feito a não ser esta Mensagem encaminhada e aprovada por esta Casa nos próximos dias, se assim V. Exa. o permitir. Muito obrigado.
— (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Álvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Paraná, enfrenta atualmente, problemas dos mais sérios, que poderá trazer consequências desastrosas, impedindo o desenvolvimento a passos largos, deste Estado, que procura insistentemente, o lugar de destaque que realmente merece no contexto nacional.

As autoridades responsáveis procuraram esconder a gravidade do problema o mais possível, procurando evitar uma situação de alarme, procu-

rando talvez evitar a fuga daqueles que poderiam prestar a sua contribuição no sentido do fortalecimento da cafeicultura em nosso Estado e em nosso País.

Hoje no entanto, o grave problema, o grande problema assume as proporções que realmente deveriam ter assumido anteriormente, no sentido de se precaver contra mal dos mais danosos sobretudo para a economia paranaense. A ferrugem que atravessou o oceano, hoje comprovadamente no Paraná com o primeiro foco descoberto na cidade de Guaracy, a 70 quilômetros de Londrina, e se a cafeicultura, que tem atravessado inúmeros percalços, tem atravessado inúmeros dramas, com os cafeicultores reivindicando constantemente melhores condições hoje mais do que nunca para ela se deve voltar a atenção das autoridades responsáveis. Nunca entendemos porque se procurou esconder a gravidade do problema quando se deveria procurar combater e como combater escondendo, como perseguir o inimigo se ele está às escuras, como lutar contra o inimigo na escuridão. O Governo, ao invés de procurar esconder o grande problema da ferrugem, deve, isto sim, esclarecer, instruir, informar a todos aqueles que vivem do amanhã da terra, na produção do café. A preocupação em relação ao declínio da produção cafeeira, não é só do Brasil. Os próprios Estados Unidos estão se preocupando com o declínio da produção de nossos cafezais e poderá haver uma alteração no mercado internacional do café brasileiro, com o declínio da produção brasileira, justamente porque se há no Brasil o declínio, nós temos países aumentando a sua produção como as regiões da África e da Ásia. As medidas a serem tomadas pelo Brasil país que traz o galardão de maior produtor de café do mundo, devem ser tomadas, numa integração entre Estado e União e o Estado do Paraná, o mais interessado no problema, deve procurar, por todos os meios e de todas as formas, uma ação eficiente, no sentido de procurar combater a ferrugem. O Governo Federal deve tomar as primeiras providências no sentido de evitar as especulações com relação a preços de fungicidas.

Deve o Governo procurar financiamentos para a decepta, no sentido de preparar a cafeicultura, para que haja possibilidade de se combater a ferrugem. Imaginem os Srs. as proporções descomunais do mal para o Paraná, se sabemos que na região Norte do Estado cerca de seis milhões de paranaenses vivem graças ao trabalho do cafeicultor, graças à produção do café. Imaginem os Srs. as consequências desastrosas para a economia paranaense. Nosso pronunciamento tem o intuito de alertar o Governo do Estado, sobretudo através da Secretaria de Agricultura, para que valorize neste instante o trabalho dos técnicos; trabalho este desvalorizado sobre maneira. E aqui, quanto ganha o Agrônomo do Estado do Paraná? Profissão desvalorizada. Quando o jovem abandona até mesmo sua família, para cursar uma Faculdade, para procurar o aprimoramento cultural, para aprender o indispensável num Estado eminentemente agrícola, que é o conhecimento técnico da agricultura; quando ele sacrifica os seus familiares para por este seu concurso no trabalho da sustentação dos seus familiares, e vai para uma Faculdade, se forma e procura através daquilo que aprendeu, receber a altura de seus familiares, que se sacrifica; ele vai receber numa profissão universitária, pouco mais que um mil cruzeiros mensais; é a evasão dos técnicos abalizados; é a fuga desses homens que poderiam prestar a sua contribuição num campo que exige a sua participação. Hoje, mais do que nunca a presença do técnico na agricultura paranaense é indispensável, não só no combate a ferrugem, mas sobretudo, na planificação da agricultura do futuro, para que possamos evitar, com antecedência, as consequências dos males que hoje estão a invadir, a preocupar, todo um Estado e toda uma Federação!

Fica aqui, sr. Presidente, Srs. Deputados, já que o tempo é escasso, o nosso apelo ao Governo Federal, no sentido de que melhores condições agora, para que sinta o cafeicultor, ainda um estímulo necessário, para conti-

nuar a sua atividade agrícola. E esse estímulo, o mais eficaz, será o preço justo para o café; será o aumento consubstancial do preço imediatamente e não apenas em janeiro, para que ele sinta o estímulo antes, diante desse pessimismo que está a avassalar a nossa cafeicultura. A agricultura, sobretudo a cafeicultura, que a cada dia que passa se torna mais honerosa, necessita de um estímulo, capaz de evitar que o pessimismo tome conta decididamente dessa cafeicultura.

Fica, portanto, o nosso apêlo, sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não há oradores inscritos para o Grande Expediente. Está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra, no Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 182-69, de autoria do Dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Itambé, um Estabelecimento de Ensino Técnico Comercial de Grau Médio, para funcionar a partir do próximo ano. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 208-70, de autoria do Dep. Sílvio Barros, que declara de Utilidade Pública a Liga de Esportes de Cambé. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 22-71, de autoria do Dep. Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo construir um Grupo Escolar no bairro de Santa Cândida, Município de Curitiba. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 50-71, de autoria do Dep. Rosário Pitelli, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente "Casa de Misericórdia", da cidade de Cornélio Procopio. — Parecer favorável da C.C.J.

Ao referido projeto, foi apresentado requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando a retirada do mesmo, da Ordem do Dia, por 10 sessões. — **Aprovado o requerimento.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 90-71, de autoria do Dep. Francisco Borsari Netto, que transfere ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a Rodovia que liga a cidade de Uraí à PR-74. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 195-69, de autoria do Dep. Ovídio Franzoni, que cria no Município de Cianorte, um Ginásio Agrícola Estadual, para funcionar a partir de 1972. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.A. — com SUBSTITUTIVO. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado pelo substitutivo, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 102-70, de autoria do Dep. Paulo Poli, fica criada uma Circunscrição de Trânsito em Marechal Cândido Rondon, com jurisdição nos Municípios de Toledo, Assis Chateaubriand, Palotina, Terra Roxa e Guaira. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — com SUBSTITUTIVO. — **Aprovado pelo substitutivo, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 196-70, de autoria do Dep. Túlio Vargas, que transfere ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação, a estrada que liga Floresta a Itambé. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 210-70, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a doar à Sociedade Rural de Guaruapuava uma área de terra com 60.000 m², na forma que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — **Aprovado artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 42-71, de autoria do Dep. Acyr José, que autoriza o Poder Executivo a denominar "Maestro Mossurunga", o Instituto de Música da Escola Superior de Belas Artes do Paraná. — Pareceres da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 42-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar "Maestro Bento Mossurunga" o Instituto de Música da Escola Superior de Belas Artes do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de 1971.

a) Dep. Acyr José

JUSTIFICATIVA:

O mais laureado de nossos compositores, com renome internacional, até o presente momento não teve seu nome perpetuado em nenhum estabelecimento de ensino ou em nenhuma entidade que possa refletir, com exatidão, o reconhecimento do povo do Paraná pelo muito que êle fez em favor de nossa terra.

Músico e compositor, o maestro Bento Mossurunga não teve outra ocupação ao longo de sua inspirada existência. Paranaense e paranista, soube ir buscar no folclore de nossos costumes regionais, os motivos de inspiração para suas composições sempre marcadamente regionalistas mas que, por seu toque de gênio, atingiram a expressão da universidade musical.

Entendemos, porisso, que o Estado do Paraná deverá cultivar à memória daquele que soube elevar o nome de sua terra natal, reconhecendo, na sua dedicação de toda vida, como professor, ao Instituto de Música da Escola Superior de Belas Artes do Paraná, o mérito e a justiça da homenagem pretendida e que, afinal, elevará muito mais aquele que a presta do que o que a recebe, pois honrada será a instituição recebendo o nome de "Maestro Bento Mossurunga" o grande patrono da música do Paraná.

Os nobres Deputados também certamente assim o entenderão e darão, a nossa proposição, o indispensável e honroso apoio.

AUTOR: Dep. Acyr José

SÚMULA: Denomina "Maestro Bento Mossurunga" o Instituto de Música da Escola Superior de Belas Artes do Paraná.

P A R E C E R

1) A Proposição em tela vem articulada e justificada, nos termos em que dispõe o Regimento Interno.

2) Além de se tratar de simples autorização legislativa, o Projeto, pela sua própria natureza, é daqueles que não fere qualquer preceito, quer de ordem constitucional quer de ordem legal.

Quanto à sua oportunidade, convence-nos plenamente, a justificativa do Autor.

3) Nestas condições, somos pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1971.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente
Cândido Martins de Oliveira — Relator
Igo Losso
Emílio Carazzai
Odilon Reinhardt
Gilberto Carvalho

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 42-71

A finalidade da Comissão de Instrução Pública é dar pareceres sobre ensino e educação, nada tendo haver com denominação de escolas ou colégios. Todavia, em opinião particular, achamos justa a denominação de "Maestro Bento Mossurunga" à Escola Superior de Belas Artes, do Paraná, pelo muito que ele realizou em prol do desenvolvimento da música no Paraná.

Desta forma, deixamos a critério dos demais membros da Comissão, a devolução do presente projeto ao órgão competente, para os trâmites legais. S.M.J. é o Parecer.

Sala das Comissões, em 26 de Maio de 1971.

aa) **Antônio Lopes Júnior** — Presidente
Alvaro Dias — Relator
Arizone Araújo
Francisco Escorsin

Exmo. Sr. Wilson Figueiredo Fortes

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Senhor Presidente:

Diretoria e Corpo Docente da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, abaixo assinados, solicitam V. Excia. veto projeto Lei Deputado Acyr José sentido mudança nome Escola Música Belas Artes Paraná, para Instituto Maestro Bento Mossurunga fato possuir Escola nome tradicional funcionando há vinte três anos, abrangendo vocações todo Paraná. Outrossim esclarece possuir Escola também ramos Belas Artes — Pintura, Escultura, etc. não cabendo somente nome musicista. Temos ainda acrescentar aprovação reunião Conselho Departamental realizada dia 27 fevereiro passando dar nome auditório construído recentemente Escola "Auditório Bento Mossurunga" a fim de homenagear e perpetuar nome ilustre musicista paranaense. (Cópia fiel — Telegrama remetido em 30-4-71 — ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná).

aa) Diretor Prof. **Theodoro de Bona**
Vice-Diretor Prof. **Henrique Morozowicz**
(segue assinaturas de setenta Professores)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando suspensão da Sessão de amanhã, dia 8 do corrente, para que os Senhores Deputados possam recepcionar o Deputado Batista Ramos, Presidente Nacional da ARENA.

— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 1.º aniversário do Tribunal de Alçada, ocorrido no dia 28 do mês findo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do

Expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que aquela autoridade envie a esta Casa, Mensagem concedendo abono de Natal ao funcionalismo público estadual.

— Rejeitado.

O SR. ALVARO DIAS — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. MAURÍCIO FRUET — (Pela ordem) Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Em atendimento à solicitação do Sr. Deputado Alvaro Dias, o Sr. 1.º Secretário fará a chamada dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

(É feita a chamada)

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 32 Srs. Deputados. Há quorum para votação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet constante do Expediente, solicitando votação nominal para o requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias. Em discussão.

O SR. ALVARO DIAS — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fomos surpreendidos quando vimos a intenção, há poucos instantes, dos Deputados do Governo pretendendo recusar apoio a um requerimento que tem a finalidade de beneficiar cerca de 100 mil funcionários públicos de nosso Estado, impedidos constitucionalmente de receberem o 13.º salário, mas que podem perfeitamente, desde que encontrem boa vontade e bom senso e, sobretudo, a sensibilidade dos responsáveis, receberem o abono de Natal.

De forma alguma podemos compreender e nem mesmo perdoar a atitude daqueles que neste instante deveriam ser instrumentos da vontade da maioria, deveriam ser instrumentos da vontade daqueles que prestam serviços inestimáveis à administração pública de nosso Estado, aqueles que contribuem, no afã do dia a dia, para o progresso e para o desenvolvimento de um Estado. O funcionário público exerce função das mais importantes.

Desnecessário se faz neste instante se dar importância a seu trabalho, à grandeza de suas atividades. Desnecessário se faz lembrar que o funcionário público é peça importante da máquina administrativa. Sem a sua integração perfeita, essa máquina administrativa jamais alcança os resultados a que se propõe.

Estamos, neste instante, encaminhando a votação de um requerimento que pede votação nominal para que os funcionários públicos dêste Estado possam saber quais são aqueles nesta Casa que defendem seus interesses, que defendem suas aspirações. Reivindicação justa, humana e cristã, sobretudo, porque não pode o funcionário, simplesmente pelo fato de ser funcionário, ficar privado das festividades natalinas, ficar privado de festejar com sua família a data magna da cristandade.

Se apresentamos esse requerimento, nesta oportunidade, o fizemos com a antecedência suficiente para que possa o Chefe do Executivo enviar a esta Casa uma Mensagem solicitando autorização para pagamento dêsse abono de Natal.

Nenhuma Lei, nenhum argumento de ordem legal poderá ser apresentado neste instante, para mostrar a impraticabilidade dessa medida, para mostrar a inconstitucionalidade do ato. Encontra êle guarida constitucional. Não o apresentamos demagógicamente, não o apresentamos sem antes consultar as fontes que nos poderiam informar a respeito de sua viabilidade. Sabemos, inclusive, que o Governo paulista concederá Abono de Natal aos seus funcionários. Não entendemos e jamais perdoaremos aqueles que, neste instante, traíram os compromissos que assumiram com a coletividade. O funcionalismo público é integrante de uma das maiores coletividades do Estado, faz parte, de forma extraordinária, de uma população e não pode, em hipótese alguma, ser relegado a segundo plano por seus representantes.

Quantos dos homens públicos, em véspera de eleição, bateram as portas das residências dos funcionários públicos para pedir seu apoio, dizendo-se um seu defensor.

Nunca pretendemos, não pretendemos hoje e não preteriremos jamais nos ufanar de sermos defensores do funcionalismo público. Apenas queremos, e tenho certeza querem os Srs. Deputados, intimamente, conscientemente fazer parte daqueles que procuram a justiça para uma classe que presta inestimáveis serviços.

Fazemos um apêlo aos Srs. Deputados, ainda nos resta uma esperança, que se sensibilizem. As empresas particulares são obrigadas pelo Governo a pagar o décimo terceiro salário a seus funcionários. É até mesmo uma incoerência que o Poder Público não o faça; é até mesmo uma incongruência que não procuremos, nós os legisladores, os responsáveis pelas leis de nosso Estado, num instante dêste corrigir uma falha, quando há possibilidade para essa correção.

Fica feito, portanto, o nosso apêlo para que os funcionários públicos de nosso Estado possam, nos dias de festejos natalinos, lembrarem dêste Legislativo com estima, com admiração, com reconhecimento e não de forma a nos colocar em situação difícil, a nos colocar em situação que não desejamos em instante algum; para que o funcionalismo público não se lembre de nós, os Deputados, nas festas natalinas com nojo, com ódio e até mesmo com pena pela falta de condição do representante do povo de representá-lo com autenticidade e com independência.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa esclarece ao Plenário que, quando por um lapso, recebeu o requerimento do Sr. Deputado Maurício Fruet, solicitando a votação nominal para o requerimento do Deputado Alvaro Dias, já se tratava de matéria vencida, pois já havia sido feita a votação e anunciado o resultado.

O SR. ALVARO DIAS — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicitei verificação de votação e solicito inversão na forma que, normalmente, é feita nesta Casa uma vez que, quando foi anunciado o resultado, muitos dos Srs. Deputados não se encontravam presentes.

O SR. PRESIDENTE — Foi feita a verificação de votação e anunciado o resultado. O que V. Exa. deseja não altera o resultado da votação.

O SR. ALVARO DIAS — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito a inversão como é feita constantemente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa esclarece que não há mais nada a ser votado, uma vez que o requerimento já foi votado.

O SR. ALVARO DIAS — (Pela ordem). Sr. Presidente, diariamente estamos acostumados a assistir pedidos desta natureza quando o resultado é duvidoso por êste ou aquêle Deputado pede-se a verificação de votação e o Sr. Presidente determina nova votação de forma inversa.

É isso que pretendemos neste instante.

O SR. PRESIDENTE — O resultado já foi anunciado, entretanto a Mesa vai atender a Questão de Ordem do Deputado Alvaro Dias, e vai proceder a votação novamente, em ordem inversa.

Os Srs. Deputados que APROVAM, o requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, queiram levantar-se; 10 Srs. Deputados APROVAM.

Os Srs. Deputados que REJEITAM o requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, queiram levantar-se; 20 Srs. Deputados REJEITAM.

REJEITADO o requerimento.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — (Pela Ordem). Sr. Presidente, gostaria de requerer à Mesa, certidões da ata, com os presentes e também juntando o resultado da votação, bem como que ficasse consignado na mesma, na Ata, de que os Deputados do MDB votaram pela aprovação do requerimento, juntamente com três Deputados da ARENA: deputado Erondy Silvério, deputado Cândido Manoel e deputado Paulo Camargo.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa solicita ao Sr. 1.º Secretário, que forneça cópia da Ata, autenticada, ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues.

O SR. PAULO POLI — (Pela Ordem). Não é desejo nosso, interferirmos na Questão de Ordem do deputado Sebastião Rodrigues, mas, desde que os eminentes Deputados da ARENA votaram juntamente com a Bancada do MDB, e não fizeram o encaminhamento da votação, não sabemos se a Mesa pode conceder uma certidão expressa da maneira como esses Deputados votaram. A não ser, que os próprios Srs. Deputados façam a declaração de votação; neste caso, sim, fica registrado. Caso contrário, a Mesa fica impossibilitada de fornecer. Poderá fornecer quanto ao número, mas não quanto aos nomes.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra, o sr. deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, somente para que consigne na Ata dos trabalhos, o meu voto favorável ao requerimento do nobre Deputado Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere a solicitação do nobre Deputado Erondy Silvério, e concede a palavra ao Deputado Sebastião Rodrigues.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — Obrigado. Pediria, que constasse da Ata desta sessão, a questão de ordem que levantei, com as declarações que fiz. Afinal, Sr. Presidente, entendo que a Ata pode conter isto, que a Ata deve espelhar aquilo que se passa na sessão. Creio que não estou solicitando nada de mais, ao pedir que conste dela, a questão de ordem, nos termos em que a formulei.

O SR. PRESIDENTE — Desde que V. Exa. levantou a questão de ordem, automaticamente, terá que constar em Ata.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — Então Sr. Presidente, constará da certidão que me fôr fornecida, o nome dos três Srs. Deputados da Arena, que votaram a favor do requerimento do Deputado Alvaro Dias, porque eu assim os declinei na minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Frust, constante do Expediente, solicitando justificativa à sua falta, à sessão do dia 6 do mês em curso. — Ao Sr. 1.º Secretário para os devidos fins.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 11, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs.: 32—69, 31—70, 106—70, 175—70, 182—71, 225—70, 277—70, 314—70, 53—71, 68—71, 76—71, 81—71, 92—71, 137—71, 8—71;

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs.: 195—69, 102—70, 196—70, 210—70;

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 42—71;

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs.: 239—70 e 23—71.

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7a. LEGISLATURA — 1a. SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 27a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala das Comissões, às quatorze horas, reuniu-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira. Havendo numero legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como na da constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Senhor Deputado Pinto Dias apresentou Redação Final dos seguintes

processos. PROJETO DE LEI N.º 277/70 — de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Serra Dourada, Distrito de Umuarama. PROJETO DE LEI N.º 175/70 — de autoria do Senhor Deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual em Campo Bonito, e dá outras providências. PROJETO DE LEI N.º 81/70 — de autoria do Senhor Deputado Paulo Poli, que estadualiza para fins de melhoria e conservação a estrada que liga Campo Mourão a Cianorte, passando por Arruna. PROJETO DE LEI N.º 92/71 — de autoria do Senhor Deputado Igo Iwant Losso, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) ao ancião Valentin Beck. PROJETO DE LEI N.º 81/71 — de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública a Casa Maternal Evangélica de Maringá. PROJETO DE LEI N.º 68/71 — de autoria do Senhor Deputado Igo Iwant Losso que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) ao ancião Manoel Maurício, residente nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 53/71 — de autoria do Senhor Deputado Arthur de Souza, que transfere a pensão mensal concedida a Joana Paz de Oliveira, pela Lei n.º 1.897, de 6-5-54, à sua filha solteira Soely Paz de Oliveira. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, sera assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente
Lélio Guimarães Sotó-Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 53/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica transferida a pensão mensal concedida a Joana Paz de Oliveira, pela Lei n.º 1.897, de 6-5-51, à sua filha solteira Soely Paz de Oliveira.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4-10-71

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Pinto Dias — Relator
Wilson Brandão

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 68/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) a Manoel Maurício.

Art. 2.º. As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4-10-71

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Pinto Dias — Relator
Wilson Brandão

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 81/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. É o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública a Casa Maternal Evangélica de Maringá, com sede na cidade de Maringá.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4-10-71

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Pinto Dias — Relator
Wilson Brandão

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 92.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) ao ancião Valentin Beck, que no dia 30 de julho de 1.937, em ato heróico deteve espontaneamente um bonde completamente lotado, que após atropelar uma criança, desgovernado estava na iminência de grave acidente com muitas mortes, oportunidade em que, devido a sua coragem foi atingido, ficando inválido.

Art. 2.º — Na hipótese de falecimento do beneficiário a pensão será transferida para sua esposa.

Art. 2.º — Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4.10.71

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Pinto Dias — Relator
Wilson Brandão

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 81.70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar para fins de melhoria e conservação, a estrada ligando Campo Mourão — Araruna — São Lourenço e Cianorte.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4.10.71

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Pinto Dias — Relator
Wilson Brandão

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 175.70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Distrito de Campo Bonito, Município de Guaraniaçu, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4.10.71

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Pinto Dias — Relator
Wilson Brandão

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI N.º 277.70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Ginásio Estadual de Serra Dourada, Distrito de Umuarama, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4.10.71

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Pinto Dias — Relator
Wilson Brandão

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.ª LEGISLATURA — 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da 26.ª Reunião Ordinária

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e num, na Sala das Comissões, às quatorze horas, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira. Havendo lido o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Senhor Deputado Wilson Brandão apresentou Redação Final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 314.70 — de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, que denomina Hospital Infantil Dr. Antônio Fontes, o atual Hospital Infantil da cidade de Paranaguá. PROJETO DE LEI N.º 225.70 — de autoria do Senhor Deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo estadualizar o Colégio Comercial do Distrito de Cafezal, município de Iporã. PROJETO DE LEI N.º 182.70 — de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomet, que cria uma Circunscrição de Trânsito com sede na Lapa, com jurisdição nos Municípios que especifica. PROJETO DE LEI N.º 106.70 — de autoria do Senhor Deputado Armando Queiroz, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio através do Departamento de Águas e Energia Elétrica, com o Município de Quinta do Sol, para estender uma linha de alta tensão ao Distrito de Irapuã. PROJETO DE LEI N.º 137.71 — de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que declara de utilidade pública a Fundação Educacional do Noroeste do Paraná (FUNDENORPA). — PROJETO DE LEI N.º 76.71 — de autoria do Senhor Deputado Marciano Baraniuk, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama. Aprovadas. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a Ata, a qual depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente
Lélio Guimarães Sottol. Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI N.º 76.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama, sediada na cidade do mesmo nome.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29.09-71

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Wilson Brandão — Relator
A. Maciel Filho

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.o 137.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.o — Fica declarada de utilidade pública a Fundação Educacional do Noroeste do Paraná (FUNDENORPA).

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29.09-71

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Wilson Brandão — Relator
A. Maciel Filho

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.o 106.70

D e c r e t a :

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio através do Departamento de Aguas e Energia Elétrica com o município de Quinta do Sol, para estender uma linha de alta tensão ao distrito de Iraquã, do mesmo município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29.09-71

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Wilson Brandão — Relator
A. Maciel Filho

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.o 132.70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do município da Lapa, uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição além do Município sede, nos de Contenda, Quitandinha, Campo do Tenente, Rio Negro, Antônio Olinto e São Mateus do Sul.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29.09-71

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Wilson Brandão — Relator
A. Maciel Filho

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.o 225.70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Colégio Comercial do Distrito de Cafezal, município de Iporã.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29.09-71

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Wilson Brandão — Relator
A. Maciel Filho

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 314.70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a .

Art. 1.º — Fica denominado de "Hospital Infantil Dr. Antônio Fontes". O atual Hospital Infantil de Paranaguá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29.09-71

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Wilson Brandão — Relator
A. Maciel Filho

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
1.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 7.ª LEGISLATURA

Ata da 6.ª Reunião Ordinária

Aos cinco dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e um, na Sala de Reuniões das Comissões Técnicas, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência do Senhor Deputado Lázaro Dumont, presentes os Senhores Deputados Borsari Netto e Gilberto Carvalho. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Lida a ata da sessão anterior pelo Senhor Secretário, foi a mesma aprovada sem observações. Nada constando do expediente, passou-se à ORDEM DO DIA: — PROJETO DE LEI N.º 56-70 — de autoria do Senhor Deputado Igo Losso, que autoriza o P. E. firmar, através do D. E. R., convênio com o Município de Ortigueira, para fins que especifica, relator deputado Hélio Manfrinato, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 74-70 — de autoria do Deputado Túlio Vargas, que transfere ao D.E.R. para conservação, a Rodovia no Mun. de Guaraniacú, que liga a B.R. 277, no km. 315, até o Rio Piquiri, relator Deputado Hélio Manfrinato, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 87-70 — de autoria do Deputado Leopoldo Jacomel, que transfere ao D.E.R., para conservação, a estrada que liga Formosa do Oeste a Guaira, relator Deputado Hélio Manfrinato, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 92-70 — de autoria do Deputado David Federmann, que autoriza o P.E. transferir ao D.E.R., para conservação, a estrada que liga Carambei a Tibagi, relator deputado Hélio Manfrinato, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 65-71 — de autoria do Deputado Mauricio Fruet, que transfere ao D.E.R., para conservação, a estrada que liga a cidade da Lapa à Gruta do Monge, Relator Deputado Hélio Manfrinato, parecer favorável, aprovado. Ficou resolvido também em Plenário, que as reuniões da Comissão serão realizadas às terças feiras, às 14,15 horas, e extraordinárias sob convocação especial. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada, bem como pelo senhor presidente.

(aa) Lázaro Dumont — Presidente

Roberto Diniz Satyro — Secretário

ATA DA REUNIÃO DA "COMISSÃO DE ORÇAMENTO"

Aos seis dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e um, às dezesseis horas, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Comissão de Orçamento sob a Presidência do Deputado Fabiano Braga Côrtes e a presença dos seguintes senhores Deputados: Jorge Sato, Borsari Netto, Basílio Zanusso, Nivaldo Krüger e Paulo Poli. Verificada a existência de número legal, o Sr.

Presidente deu início aos trabalhos, comunicando o recebimento dos Projetos de Lei 227-71 e 228-71, oriundos das Mensagens 27-71 e 28-71, que tratam dos Orçamentos Plurianual de Investimentos e Orçamento Geral do Estado, respectivamente. Dizendo da alta importância das matérias em pauta, o Sr. Presidente designou como seus Relatores, os Deputados Basílio Zanusso (Plurianual) e Borsari Neto (Anual), designações estas, aceitas por unanimidade. Prosseguindo, o Sr. Presidente informa que como ainda não foram encaminhados a esta Casa, pelo DCO, o número suficiente de AVULSOS, estes serão entregues apenas aos componentes da Comissão, determinando que os demais sejam distribuídos aos Srs. Deputados na próxima sexta-feira. Em vista disso, de acordo com dispositivo regimental, o prazo para o recebimento de emendas pela Comissão terá início no dia onze do corrente, segunda-feira, encerrando-se fatalmente no próximo dia 20, quarta-feira. Sobre este assunto o Sr. Presidente determina à Secretaria que providencie ofício dando ciência ao Senhor Deputado Wilson Fortes, Presidente deste Poder. Pedindo a palavra, o Deputado Borsari Neto agradece a indicação de seu nome como Relator do Projeto de Lei 228-71, dizendo que não medirá esforços para bem desempenhar esta honrosa tarefa. Usando a palavra, o Deputado Poli alerta o Sr. Borsari Neto no sentido de que se assessorar na época oportuna, para fazer com que a verba pessoal dos Srs. Deputados seja desvinculada dos Gabinetes. O Deputado Fabiano Braga Côrtes esclarece que esta verba vem englobada e que tal providência só poderá ser tomada, quando da elaboração do Orçamento Analítico. O Deputado Paulo Poli sugere então, que se firme a priori um documento neste sentido entre as Comissões Executiva e de Orçamento, adiantando inclusive, que já tratou deste assunto com o Sr. Secretário, o qual está de pleno acordo com a referida desvinculação. O Deputado Jorge Sato em aparte, diz que tal entendimento deveria ser feito entre a Comissão Executiva e as duas lideranças da Casa. Fazendo uso da palavra o Deputado Nivaldo Krüger congratula-se com a presidência pela escolha dos Srs. Relatores, sugerindo a seguir que fosse estudada uma forma de racionalização nas emendas a serem apresentadas. Ressalta ainda a necessidade de ser conhecida a importância com garantia de liberação por parte do Governo. O Sr. Presidente diz que esta é sua preocupação e que inclusive irá conversar com o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado sobre o assunto, uma vez que o não pagamento das verbas consignadas em orçamento resulta no descrédito dos parlamentares não só diante dos Prefeitos e entidades assistenciais, mas do povo em geral. O Deputado Braga Côrtes informa que logo após sua eleição para a Presidência desta Comissão, teve um contato com o Senhor Governador e que este lhe garantiu que liberaria os duzentos mil cruzeiros, independente de cor partidária. O Deputado Nivaldo Krüger diz que esta será uma atitude muito simpática do Governo, pois em última análise, o beneficiado será o povo. Deputado Paulo Poli manifesta-se de acordo, dizendo que de uma vez por todas deverão acabar as emendas demagógicas. Deputado Nivaldo Krüger pergunta ainda se poderão ser alteradas verbas de alguns Departamentos. O Sr. Presidente informa que poderá haver um remanejamento na distribuição das verbas desde que não haja alteração na importância global da verba destinada. O Deputado Nivaldo Krüger sugere então que caso ocorra alguma necessidade dessa natureza, sejam convidados a aqui comparecer os Srs. Secretários de Estado ou Diretores dos Departamentos dos órgãos onde se verificarem tais alterações. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, na qualidade de Secretária da Comissão de Orçamento lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim.

Sala das Reuniões em 06 de outubro de 1971

(aa) Fabiano Braga Côrtes — Presidente
Elcy Silva Batista — Secretária C.O.

COMISSÃO DE REDAÇÃO
7.a LEGISLATURA — 1.a SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da 28.a Reunião Ordinária

Aos seis dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Senhor Deputado Pinto Dias apresentou Redação Final aos seguintes processos: — PROJETO DE LEI N.º 32.69 — de autoria do Senhor Deputado Pinto Dias, que autoriza a produção e aquisição de sementes de algodão em todo o território nacional, pelas cooperativas legalizadas, proibindo a cessão ou revenda a terceiros pelos cooperados, e dá outras providências. PROJETO DE LEI N.º 94.69 — de autoria do Senhor Deputado Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com o Mun. de Pirai do Sul, para a construção e pavimentação da via de acesso da sede do município à Rodovia PR.11. PROJETO DE LEI N.º 71.70 — de autoria do Senhor Deputado Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo celebrar convênio através do Departamento de Estradas de Rodagem e o mun. de Atalaia, para construção de uma ponte de concreto sobre o Rio Pirapó. PROJETO DE LEI N.º 114.70 — de autoria do Senhor Deputado João Mansur, que regulamenta a assistência médico-hospitalar ao funcionário público e seus dependentes, através do Instituto de Previdência do Estado, e dá outras providências. PROJETO DE LEI N.º 8.71 — de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin, que cria na cidade de Terra Roxa, Município do mesmo nome, uma Escola Normal Comercial, para funcionar a partir de 1.972. PROJETO DE LEI N.º 44-71 — de autoria do Senhor Deputado Emilio Carazzai, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 80,00, a cada uma das triplas, Gisele, Gislene e Gisleide Muniz, nascidas nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 100-71 — de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, que acresce do artigo que especifica, à Lei n.º 5.611, de 09.8.67. Aprovadas. Na da mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente
 Lélío Guimarães Sotto-Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 100-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — A Lei n.º 5.611, de 09 de agosto de 1967, fica acrescida de um artigo com a seguinte redação:

— Ficam asseguradas idênticas vantagens ao militar que tenha sido transferido para a reserva remunerada ou reformado, mesmo antes do advento da presente Lei, desde que preencha um dos requisitos previstos naquela Lei.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6.10.71.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
 Pinto Dias — Relator
 A. Maciel Filho

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 44.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a cada uma das trigêmeas Gisele, Gislene e Gisleide Muniz, uma pensão mensal de Cr\$ 80.00 (oitenta cruzeiros), nascidas em 23 de março de 1.971, nesta Capital.

Art. 2.º — As pensões a que se refere o artigo anterior, serão pagas até que as beneficiárias completem a idade de 18 (dezoito) anos.

Parágrafo único — Nos casos de casamento, emancipação, profissionalização e aquisição de economia própria, cessarão, automaticamente os benefícios desta Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6.10.71.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

A. Maciel Filho

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 8.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Terra Roxa, uma Escola Normal de Grau Colegial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6.10.71.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

A. Maciel Filho

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 114.70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — A Assistência médico-hospitalar ao funcionário público e seus dependentes, nos termos do disposto pelo art. 77, inciso II, da Constituição, Estadual, será prestada por intermédio do Instituto de Previdência do Estado, observando-se no que couber, os regulamentos específicos em vigor.

Art. 2.º — Ao Poder Executivo caberá fornecer os recursos complementares para pagamentos das despesas que decorrerem da aplicação do novo regime assistencial, ressarcindo o Instituto de Previdência do Estado, pelo sistema de restituição trimestral, das importâncias que forem efetivamente despendidas.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6.10.71.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

A. Maciel Filho

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 71.70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar através do De-

partamento de Estrada de Rodagem, convênio com o Município de Atalaia, para construção de uma ponte de concreto sobre o rio Pirapó.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6.10.71.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Pinto Dias — Relator
A. Maciel Filho

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 94.69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com o Município de Pirai do Sul, destinado a acordar a construção e pavimentação da via de acesso da sede do Município à rodovia PR-11.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6.10.71.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Pinto Dias — Relator
A. Maciel Filho

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 32.69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — As cooperativas devidamente legalizadas ficam autorizadas a produzir e adquirir sementes de algodão em qualquer parte do território nacional, para posterior distribuição aos respectivos cooperados.

Parágrafo único — Fica expressamente vedado aos cooperados revender ou ceder a terceiros as sementes de algodão distribuídas pelas Cooperativas, ficando os infratores sujeitos às penalidades legais, aplicáveis através de fiscalização exercida pelo órgão próprio da Secretaria de Agricultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6.10.71.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Pinto Dias — Relator
A. Maciel Filho